

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua Prefeito Lothário Meissner, 632 - Bairro Jardim Botânico, Curitiba/PR, CEP
80210-170 Telefone: (41) 3360-4362 - http://www.ufpr.br/

EDITAL DE BOLSAS Nº 01/25 CURSO DE MBA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA PARA COOPERATIVAS 2025/1

A Universidade Federal do Paraná, por meio da Coordenação do Curso de Especialização MBA em Gestão Tributária para Cooperativas 2025/1 do Departamento de Ciências Contábeis, torna público e estabelece as normas do Processo Seletivo para preenchimento de VAGAS DE BOLSISTAS do referido Curso de pós-graduação *lato sensu* em parceria com o SESCOOP/PR.

1. DAS BOLSAS

- 1.1. O Curso destinará 4 (quatro) vagas a alunos bolsistas integrais.
- 1.2. Para concorrer à bolsa, o candidato não pode ter sido contemplado com bolsa em cursos de pós-graduação lato sensu da UFPR.
- 1.3. Para concorrer à bolsa, o candidato não pode estar matriculado em cursos de pós-graduação lato sensu em andamento na UFPR.
- 1.4. Os servidores da UFPR e os empregados das Fundações de Apoio terão disponibilizadas 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas a alunos bolsistas.
- 1.5. A Coordenação do Curso se resguarda no direito de só iniciar a turma caso haja preenchimento das vagas disponibilizadas ao Curso em quantidade suficiente para propiciar o equilíbrio econômico-financeiro da turma.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Período

As inscrições ocorrerão entre os dias 27/02/2025 e 28/02/2025.

A inscrição para a bolsa será apenas para os candidatos classificados para o curso de acordo com os critérios estabelecidos no edital do processo seletivo.

2.2. **Local**

As inscrições serão realizadas via sistema SIGA – UFPR, por meio do *link* https://siga.ufpr.br/siga/visitante/processoseletivo/index.jsp?sequencial=4669

2.3. Documentação

- a. Fotocópia do RG e CPF ou passaporte, em caso de estrangeiro (não será aceito outro documento);
- b. Fotocópia frente e verso do Diploma de Graduação em Ciências Contábeis, Administração ou Economia ou Declaração de Conclusão desses Cursos, condicionada a entrega do diploma até o término do primeiro ano letivo do curso;
- c. Autodeclaração de renda familiar bruta per capita média dos últimos seis meses conforme disposto no Anexo I deste Edital. Para o cálculo da renda familiar bruta per capita média considerar todas as rendas, inclusive bolsa.

3. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O processo seletivo será realizado pela Comissão de Seleção, composta pala Coordenação do Curso e por mais um Professor do Departamento de Ciências Contábeis, que farão análise das informações e dados dos candidatos, obedecendo aos seguintes critérios:

3.1 Servidores da UFPR e Empregados das Fundações de Apoio:

Os servidores da UFPR e os empregados das Fundações de Apoio terão direito a 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas a alunos bolsistas. Em caso de sobra de vagas destinadas aos servidores, elas serão preenchidas pelos demais candidatos, conforme a ordem de seleção.

3.2. Demais candidatos:

Menor renda familiar bruta per capita média mensal.

- 3.3. Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate a ordem de inscrição no processo seletivo da bolsa.
- 3.4. Ao longo do processo seletivo os candidatos selecionados serão convocados para uma reunião com a Coordenação do Curso para o detalhamento do funcionamento do Curso e confirmação de matrícula, de acordo com o *ranking* do processo seletivo. Os candidatos que não atenderem à convocação serão remanejados para o final do *ranking*.

4. DO RESULTADO DA SELEÇÃO

O resultado da seleção será publicado em edital por meio de *link* no *site* <u>poscont.ufpr.br</u>, na Aba Editais, até o dia 07/03/2025.

5. DOS RECURSOS

- 5.1. O prazo para a interposição de recurso será de até 02 dias úteis, contados a partir da data da divulgação do resultado da seleção, individualmente.
- 5.2. O recurso, com argumentação substanciada, deverá ser encaminhado para o e-mail da Secretaria de Pós- Graduação *lato sensu (poscont@ufpr.br)*.
- 5.3. O resultado do recurso será divulgado no Edital, no prazo de 02 dias úteis, contados a partir da data do pedido protocolado na Secretaria de Pós-Graduação *lato sensu*.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. A inexatidão das informações e/ou irregularidades na documentação, mesmo que verificadas posteriormente, ensejarão a desclassificação do candidato, independentemente das medidas de ordem administrativa, civil ou criminal que possam motivar.
- 6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso.
- 6.3. Fica reservado à Coordenação do Curso o direito de promover alterações no cronograma do Processo Seletivo e da realização do Curso, em razão de fatos imprevistos, observada a devida publicidade.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Eu,		, portador do RG nº
, órgão expedidor		
Endereço		
Município CEP_		
fins, de acordo com o artigo 2°, inciso III, da Portaria Norm		
Ministério da Educação, que os membros da minha família são:		de 11 de outablo de 2012 do
3 / 1		
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
1) Cálculo da Renda Per Capita, de acordo com o Artigo 7º, da de 2012 do Ministério da Educação e Cultura:	ı Portaria Norr	mativa nº 18, de 11 de outubro
1.1 Soma dos rendimentos brutos (salários, distribuição de lucr natureza, rendimentos decorrentes de investimentos de qualqu decorrentes de sociedade empresarial) por todas as pesso inscrição:	er natureza, p oas da famíli	ensão, aposentadoria e rendas
1.2 Média mensal (resultado da soma do item 1.1 dividido por 6	5:	
1.3 Média mensal dividida pelo número de pessoas da família (número de integrantes listados como membros da família):		
2. Assim, minha renda familiar é igual a	reais per ca	apita.
Para concorrer à bolsa, informo que nunca fui contemplado con Sensu da UFPR e tampouco estou matriculado em qualquer de		
Por ser a expressão fiel da verdade, me sujeito formalmente, pomissão ou falsidade, a responder pelas sanções civis, admini aplicável, nos termos que dispõe a Lei 7.115 de 29 de agosto Brasileiro.	strativas e cri	minais previstas na legislação
, de		de .
(local e data)		·

(Nome completo e Assinatura)

IMPORTANTE: Este documento deve ser preenchido de próprio punho e conter assinatura com firma reconhecida em cartório ou assinatura digital no SOUGOV.